

Negresco S.A. -
Crédito,
Financiamento e
Investimentos

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balço patrimonial	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

NEGRESCO S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Relatório da Administração - 2º Semestre e exercício de 2021

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os documentos relativos às demonstrações financeiras e contábeis da *Negresco S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos*, bem como as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes, relativas ao segundo semestre e exercício de 2021.

Cenário Econômico

No ano de 2021, o índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) foi de 10,06%, depois de encerrar o ano de 2020 em 4,52%, sendo que a meta estabelecida pelo Banco Central era de 3,75% para o ano de 2021. A taxa básica de juros (Selic), que iniciou o ano em 2%, teve uma sequência de altas e terminou o ano em 9,25%.

O cenário econômico, no ano de 2021, continuou sendo afetado pela pandemia de COVID-19. A campanha de vacinação teve início e a maioria da população já foi vacinada com pelo menos uma dose e as faixas etárias mais elavadas já tomaram a segunda e até a terceira dose. Embora ainda haja alguns picos de contaminação, a atividade econômica está sendo retomada gradativamente. Para 2022, a pesquisa FOCUS (Banco Central) aponta que a inflação deverá ficar próxima a 5,15% no ano, a taxa SELIC em 11,75% e o PIB com crescimento de 0,29%.

A NEGRESCO continuará atenta ao mercado e com sua política tradicional de consolidação da sua rede e segmento de atuação, crescimento sólido e sustentado, consciência e responsabilidade social, além da busca constante por resultados positivos.

Política Operacional

A NEGRESCO vem mantendo o foco de atuação voltado para o crédito direto ao consumidor e ao empréstimo pessoal, operações próprias e inerentes às sociedades de crédito e financiamento, que lhes são permitidas na forma e limites legais, em parceria com seus correspondentes no país.

Avaliação dos Resultados e Patrimônio líquido

A Negresco S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apurou lucro de R\$ 18.695. O Patrimônio líquido encerrou o exercício totalizando R\$ 88.333.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme política de distribuição de dividendos, o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro. Os dividendos não obrigatórios são destinados através de ata da assembleia geral extraordinária do início do exercício seguinte ou por ata da próxima assembleia geral ordinária.

Mais informações sobre dividendos estão na nota explicativa 19.c.

Estrutura de Gerenciamento de Risco e de Capital

Em março de 2019, a NEGRESKO fez a opção pela utilização da metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PR_{SS}), conforme as Resoluções nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, emitidas pelo Banco Central do Brasil. Foi aprovado e executado o plano anual da área de Controles Internos com relatórios aprovados pela Diretoria. Os documentos de gerenciamentos de riscos aprovados estão sendo continuamente avaliados pelos gestores das áreas, pela Segunda Linha de Defesa e pela Auditoria Interna e pela diretoria.

Informações mais detalhadas estão na nota explicativa nº 26 e no endereço eletrônico <http://www.credipar.com.br/sitenovo/numeros.aspx>.

Considerações Finais

Por fim, cumpre-nos destacar que no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias das atividades da Financeira, é compromisso da Administração, assegurar que as operações da **NEGRESKO S/A** sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos.

Finalizando, agradecemos a dedicação, o empenho e comprometimento de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Curitiba, 24 de março de 2022.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos**
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 24 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Andre Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020		Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				Passivo			
Disponibilidade	4	219	146	Valores financiados a repassar	11	1.295	1.600
Outros ativos	6	1.983	2.338	Contas a pagar	12	1.614	1.773
Instrumentos financeiros		202.372	195.683	Obrigações societárias	19	1.106	2.042
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	21.717	22.782	Fiscais e previdenciárias	13	5.243	3.455
Operações de crédito - setor privado	7	233.096	216.257	Outros passivos		21	17
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(52.441)	(43.356)	Participação no resultado (empregados)	15	1.285	1.170
Créditos tributários	8	7.745	5.701	Provisões - outras	14	1.791	1.460
Garantias judiciais	16	1.732	1.767	Depósitos e demais instrumentos financeiros	17	110.156	119.146
Impostos e contribuições a compensar	5	194	2.767	Provisões para contingências trabalhistas e cíveis	16	3.997	4.241
Imobilizado	9	561	758	Patrimônio líquido	19	88.333	74.311
Imobilizado em uso		6.771	6.688	Capital de domiciliados no País		54.359	54.359
Depreciação acumulada		(6.210)	(5.930)	Reserva legal		6.944	6.009
Intangível	10	35	55	Reserva especial de lucros		27.030	13.943
Licenças e direitos		651	651				
Amortização acumulada		(616)	(596)				
Total do ativo		214.841	209.215			214.841	209.215

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações de resultados

Para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2.021		2.020
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		81.271	161.576	161.555
Operações de crédito	7.c	73.116	145.715	146.991
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	7.d.1	7.301	14.626	13.893
Receitas de aplicações interfinanceiras	4	854	1.235	671
Despesas da intermediação financeira		(6.388)	(10.512)	(9.310)
Operações de captação no mercado	17.a.2	(4.076)	(6.182)	(4.762)
Descontos concedidos nas operações de crédito	7.d.1	(2.312)	(4.330)	(4.548)
Resultado da intermediação financeira		74.883	151.064	152.245
Outras receitas operacionais		1.840	4.864	4.240
Receita de prestação de serviços	20	1.687	3.267	3.853
Lucro na venda de operações de crédito	7.d.1	1	1.284	0
Outras receitas operacionais		152	313	387
Principais despesas operacionais		(30.928)	(60.470)	(58.271)
Despesas com pessoal	21	(11.722)	(23.244)	(20.784)
Despesas administrativas	22	(15.345)	(29.554)	(29.865)
Despesas tributárias	23	(3.532)	(7.047)	(7.093)
Outras despesas operacionais		(329)	(625)	(529)
Despesas de provisões		(38.324)	(66.964)	(67.358)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.d.1	(38.139)	(67.233)	(67.113)
Provisão para contingências trabalhistas	16.b	(55)	372	20
Provisão para contingências cíveis	16.b	(183)	(128)	(154)
Outras provisões		53	25	(111)
Resultado operacional		7.471	28.494	30.856
Resultado não operacional		0	0	12
Resultado antes dos tributos e participações		7.471	28.494	30.868
Imposto de renda e contribuição social	24	(2.135)	(9.799)	(10.949)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.313)	(11.843)	(8.106)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(822)	2.044	(2.843)
Lucro líquido do semestre / exercício		5.336	18.695	19.919
Quantidade de ações no fim do período		54.359.021	54.359.021	54.359.021
Lucro por lote de mil ações de capital no fim do período		98,16	343,92	366,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstração do resultado abrangente

Para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	2.021		2.020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido do período	<u>5.336</u>	<u>18.695</u>	<u>19.919</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do período	<u><u>5.336</u></u>	<u><u>18.695</u></u>	<u><u>19.919</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital realizado	Reservas de lucros		Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2020		54.359	5.013	10.568	-	69.940
Lucro líquido do exercício		-	-	-	19.919	19.919
Destinações						
Constituição de Reserva Legal	19.b	-	996	-	(996)	-
Distribuição de dividendos				(10.568)	(2.042)	(12.610)
Constituição de Reserva de Lucros				13.943	(13.943)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	19.c	-	-	-	(2.938)	(2.938)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>54.359</u>	<u>6.009</u>	<u>13.943</u>	<u>-</u>	<u>74.311</u>
Mutações do exercício		<u>-</u>	<u>996</u>	<u>3.375</u>	<u>-</u>	<u>4.371</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2021		54.359	6.009	13.943	-	74.311
Lucro líquido do exercício		-	-	-	18.695	18.695
Destinações						
Constituição de Reserva Legal	19.b	-	935	-	(935)	-
Distribuição de dividendos				-	(1.106)	(1.106)
Constituição de Reserva de Lucros				13.087	(13.087)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	19.c	-	-	-	(3.567)	(3.567)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>54.359</u>	<u>6.944</u>	<u>27.030</u>	<u>-</u>	<u>88.333</u>
Mutações do exercício		<u>-</u>	<u>935</u>	<u>13.087</u>	<u>-</u>	<u>14.022</u>
Saldos em 1º de julho de 2021		54.359	6.677	13.943	12.691	87.670
Lucro líquido do semestre		-	-	-	5.336	5.336
Destinações						
Constituição de Reserva Legal	19.b	-	267	-	(267)	-
Distribuição de dividendos				-	(1.106)	(1.106)
Constituição de Reserva de Lucros				13.087	(13.087)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	19.c	-	-	-	(3.567)	(3.567)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>54.359</u>	<u>6.944</u>	<u>27.030</u>	<u>-</u>	<u>88.333</u>
Mutações do semestre		<u>-</u>	<u>267</u>	<u>13.087</u>	<u>(12.691)</u>	<u>663</u>

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	2.021		2.020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do período	45.099	85.172	91.067
Lucro líquido do período	5.336	18.695	19.919
Ajustes ao lucro líquido			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	822	(2.044)	2.843
Depreciações e amortizações	152	300	319
Provisão para perdas esperadas em operações de crédito	38.139	67.233	67.113
Apropriação da despesa antecipada	234	373	343
Provisão para passivos contingentes	469	640	640
Provisão (reversão) - outras	(53)	(25)	(110)
Variações em ativos e passivos			
(Aumento) redução em instrumentos financeiros - operações de crédito	(42.205)	(74.987)	(56.466)
(Aumento) redução em impostos e contribuições a compensar	2.601	2.573	(75)
(Aumento) redução em outros ativos	(1.043)	10	145
(Aumento) redução em garantias judiciais	96	35	(190)
Aumento (redução) em contas a pagar	(76)	(162)	(203)
Aumento (redução) em obrigações societárias	1.106	(935)	2.042
Aumento (redução) em valores financiados a repassar	(87)	(305)	(668)
Aumento (redução) em fiscais e previdenciárias	1.519	11.645	7.420
Aumento (redução) em recursos de aceites cambiais	(7.918)	(8.990)	(18.387)
Aumento (redução) em participações no resultado (funcionários)	656	115	(2)
Aumento (redução) em provisão trabalhistas (férias e 13º salário)	(409)	331	(167)
Aumento (redução) em contingências	(231)	(884)	(506)
Aumento (redução) em passivos diversos	9	3	(28)
CSLL e IRPJ pagos no período	(4.552)	(9.857)	(6.692)
Caixa líquido (utilizado) / gerado nas atividades operacionais	(5.435)	3.764	17.290
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Adições) ao ativo imobilizado	(71)	(83)	(50)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(71)	(83)	(50)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos	# (1.106)	(1.106)	(2.896)
Pagamento de juros sobre a capital próprio	(3.567)	(3.567)	(2.938)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(4.673)	(4.673)	(5.834)
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalentes a caixa	(10.179)	(992)	11.406
Caixa e equivalentes a caixa no início do período	32.115	22.928	11.522
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	21.936	21.936	22.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”), companhia fechada, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 6 de abril de 2001. A sede da Financeira fica na rua João Bettega, 830, bairro Portão – Curitiba – Paraná. O presidente da companhia é o Sr. Orlando Otto Kaesemodel Filho e, também, o acionista majoritário. As atividades operacionais tiveram início em 5 de julho de 2001 e compreendem operações de Crédito, Financiamento e Investimentos. Atualmente as operações da Financeira são voltadas à realização de financiamentos de Créditos Direto ao Consumidor - CDC para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro e empréstimos pessoais.

Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras

Desde o início da pandemia da COVID-19, em meados de março de 2020, a Financeira passou a adotar as orientações dos agentes de saúde, tais como, distanciamento social, medidas de higiene e todos os funcionários foram orientados a realizarem seus trabalhos em suas residências. Aqueles que tinham condições técnicas passaram a trabalhar remotamente, mesmo que o sindicato dos trabalhadores permitisse que até 30% dos empregados comparecessem ao local de trabalho.

Atualmente, menos de 50% do quadro de funcionários estão realizando seu trabalho nas dependências da Financeira, num processo de revezamento. Vale destacar que a atividade da Financeira não é de atendimento ao público em suas dependências. As atividades são através de lojistas (correspondentes no país) e os pagamentos são feitos na rede bancária.

Quanto ao impacto nas demonstrações financeiras, a Administração vem acompanhando as gerações de operações de crédito e inadimplência e, pelo números apurados, há indícios de que a inadimplência aumente no primeiro semestre de 2022. Tais expectativas estão refletidas na revisão do orçamento.

O maior ofensor deste quadro de aumento da inadimplência é atribuído à demora na retomada das atividades econômicas.

A Financeira vai continuar atenta aos acontecimentos e tomará todas as medidas para proteger a integridade dos funcionários, clientes, parceiros de negócio e toda a comunidade.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

A administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em 24 de março de 2022, as demonstrações financeiras foram concluídas pela Administração e aprovadas pela Diretoria. A Diretoria da Financeira foi autorizada a divulgá-las a partir dessa data.

b. Moeda funcional

A moeda funcional da Financeira é o Real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas com operações de crédito, imposto diferido ativo e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Apuração do resultado

As receitas e as despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b. Ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

c. Caixa e equivalentes a caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/2020 e CPC nº 03 (R2) - Demonstração de Fluxos de Caixa, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a

finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d. Instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Operações de crédito

Estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério pró-rata dia. As operações de crédito são avaliadas pela Administração quanto ao nível de risco, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação nos níveis de risco, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas Físicas e Jurídicas, características estas da Carteira Comercial.

Depósitos e demais instrumentos financeiros. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

e. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - foi constituída nos termos das Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente para operações superiores a R\$ 50 mil.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Nível	Intervalo de atraso	Percentual de provisão
AA	A vencer	-
A	Até 14 dias	0,50%
B	De 15 a 30 dias	1,00%
C	De 31 a 60 dias	3,00%
D	De 61 a 90 dias	10,00%
E	De 91 a 120 dias	30,00%
F	De 121 a 150 dias	50,00%
G	De 151 a 180 dias	70,00%
H	Acima de 180 dias	100,00%

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo, a menos que não tenham ainda 180 dias de atraso, e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) são classificadas inicialmente no mínimo em “A” conforme critérios da Resolução CMN nº 2.697/00.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

f. Ativo imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais:

Vida útil dos ativos (ao ano)	Taxa - %
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Sistema de comunicação e equipamentos	20
Sistema de processamento de dados	20

De acordo com o CPC 01 – (R1) - Redução do Valor Recuperável dos Ativos, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Não foram identificados evidências de impairment nos semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

g. Ativo intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de “*impairment*”.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do exercício.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “*impairment*”.

h. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e

calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “pro-rata” dia).

i. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e demais impostos

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240, e inclui incentivos fiscais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15% no primeiro semestre de 2021 e de 20% no segundo semestre de 2021.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

j. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- **Provisões** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições.
- **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

k. Lucro por ação

O lucro por ação apresentado na demonstração do resultado é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data-base do balanço.

l. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Financeira assume-se que o lucro líquido no exercício de 2021, no montante de R\$ 18.695 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Disponibilidades	<u>219</u>	<u>146</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>21.717</u>	<u>22.782</u>
Total	<u>21.936</u>	<u>22.928</u>

As aplicações interfinanceiras foram contratadas com taxas pré-fixadas entre 96% e 99,8% do DI (Certificado de Depósito Interbancário), mesmas taxas aplicadas em 31 de dezembro de 2020, todas com vencimento para o dia 03 de janeiro de 2022.

A financeira auferiu, no semestre e no exercício findos em 31 de dezembro de 2021, receita com aplicações interfinanceiras no montante de R\$ 854 e R\$ 1.235 respectivamente (R\$ 671 em 31 de dezembro de 2020).

5 Impostos e contribuições a compensar

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda	-	2.234
Contribuição Social	-	340
Outros	194	193
Total	194	2.767

O Imposto de Renda e a Contribuição Social foram compensados durante o segundo semestre de 2021. Os demais créditos foram homologados e posteriormente suspensos pela Receita Federal do Brasil e aguardando decisão judicial para o caso. Sem prazo para realização.

	Até 12 meses	Após 12 meses
Montante a ser realizado em:	-	194

6 Outros ativos

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber – Bancos	576	722
Contas a receber – Lojistas	538	811
Adiantamento de benefícios	325	285
Despesas antecipadas	103	185
Adiantamento de PLR	286	291
Adiantamento de férias	155	92
Outros valores	83	63
Provisão para perdas (contas a receber lojistas)	(83)	(111)
Total	1.983	2.338

O prazo médio de liquidez de outros ativos é de 28 dias.

	Até 12 meses	Após 12 meses
Montante a ser realizado em:	1.983	-

7 Operações de crédito e Provisão para perdas esperadas em operações de crédito

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação

	31/12/2021	31/12/2020
Operações de crédito:		
Empréstimos	29.203	35.835
Financiamentos	203.782	178.871
Capital de giro	111	1.551
Total	233.096	216.257
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(52.441)	(43.356)
Total	180.655	172.901

	Até 12 meses	Após 12 meses
--	--------------	---------------

Montante a ser realizado em:

172.706

7.949

b. Composição da carteira de crédito por atividade econômica

	31/12/2021		31/12/2020	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Setor privado:				
Pessoa física	232.981	99,95%	214.706	99,28%
Outros serviços	-	-	133	0,06%
Comércio	115	0,05%	1.418	0,66%
Total	233.096	100,00%	216.257	100,00%

c. Composição por prazo de vencimento

	31/12/2021		31/12/2020	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas	51.414	22,06%	41.878	19,36%
Parcelas a vencer:				
Até 90 dias	83.217	35,70%	79.810	36,91%
De 90 a 360 dias	90.304	38,74%	87.687	40,55%
Acima de 360 dias	8.161	3,50%	6.882	3,18%
Total	233.096	100,00%	216.257	100,00%

A taxa média praticada no exercício pela financeira foi de 13,59% (13,52% em 31 de dezembro de 2020) ao mês para empréstimo e de 6,16% (6,15% em 31 de dezembro de 2020) ao mês para financiamento. Durante o semestre e o exercício findos em 31 de dezembro de 2021, a Financeira auferiu receita com operações de crédito no montante de R\$ 73.116 e R\$ 145.715 respectivamente (R\$ 146.991 em 31 de dezembro de 2020).

d. Movimentação da provisão para perdas esperadas em operações de crédito

d.1 Movimentação da provisão para perdas esperadas em operações de créditos

Descrição	2º Semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Saldo do início do período	(38.563)	(43.356)	(61.417)
Constituição (líquida de reversão)	(38.139)	(67.233)	(67.113)
Baixas para prejuízo	24.261	58.148	85.174
Saldo final do período	(52.441)	(52.441)	(43.356)

Foram recuperados, no semestre e no exercício findos em 31 de dezembro de 2021, créditos no valor de R\$ 7.301 e R\$ 14.626 respectivamente (R\$ 13.893 em 31 de dezembro de 2020), registrados como receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo, na rubrica de receitas da intermediação financeira e foram concedidos descontos nos recebimentos de R\$ 2.312 e R\$ 4.330 respectivamente (R\$ 4.548 em 31 de dezembro de 2020) lançados no grupo de despesas da intermediação financeira.

Em 22 de março de 2021, a Financeira firmou contrato de cessão de crédito, referente parte da carteira de recebíveis, vencidos há mais de 5 (cinco) anos. A transação foi efetuada com a cessionária Barra Recovery Securitizadora de créditos S/A. Em 24 de março, a cessão foi efetivada e foram baixados 197.074 contratos com totais de R\$ 212 milhões em valor nominal e R\$ 1,279 milhão em valor de cessão e este valor foi quitado no mesmo dia pela cessionária.

Abaixo, um resumo das transações que geraram os montantes registrados na rubrica de lucro na venda de operações de crédito:

	<u>Saldo curva</u>	<u>Deságio</u>	<u>Resultado líquido</u>
Cessão de carteira prejuízo (Barra Recovery)	178.267	(176.988)	1.279
Outras cessões carteira prejuízos	5	-	5
Total	<u>178.272</u>	<u>(176.988)</u>	<u>1.284</u>

Nos semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve renegociação de operações de crédito.

d.2 Composição da carteira por nível de risco

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perdas esperadas em operações de crédito em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Posição em 31 de dezembro de 2021

<u>Empréstimo / Financiamento</u>							
Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Empréstimo	Capital de Giro	Financiamento	Total	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	14.753	-	124.387	139.140	696
B	Normal	1,00%	1.405	-	9.770	11.175	112
	Vencido	1,00%	283	-	1.517	1.800	18
C	Normal	3,00%	1.207	111	7.038	8.356	251
	Vencido	3,00%	432	-	1.903	2.335	70
D	Normal	10,00%	830	-	4.906	5.736	573
	Vencido	10,00%	550	-	2.386	2.936	293
E	Normal	30,00%	564	-	3.814	4.378	1.313
	Vencido	30,00%	581	-	2.979	3.560	1.068
F	Normal	50,00%	426	-	2.901	3.327	1.664
	Vencido	50,00%	652	-	3.307	3.959	1.979
G	Normal	70,00%	331	-	2.162	2.493	1.745
	Vencido	70,00%	758	-	3.382	4.140	2.898
H	Normal	100,00%	865	-	6.213	7.078	7.078
	Vencido	100,00%	5.566	-	27.117	32.683	32.683

Empréstimo / Financiamento							
Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Empréstimo	Capital de Giro	Financiamento	Total	Valor da Provisão
	Total		29.203	111	203.782	233.096	52.441

Posição em 31 de dezembro de 2020

Empréstimo / Financiamento							
Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Empréstimo	Capital de Giro	Financiamento	Total	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	16.544	-	128.797	145.341	727
B	Normal	1,00%	1.179	1.246	7.119	9.544	95
	Vencido	1,00%	278	-	1.087	1.365	14
C	Normal	3,00%	872	172	4.257	5.300	159
	Vencido	3,00%	340	-	1.141	1.480	44
D	Normal	10,00%	576	-	2.786	3.362	336
	Vencido	10,00%	420	-	1.349	1.770	177
E	Normal	30,00%	461	-	2.060	2.521	756
	Vencido	30,00%	563	-	1.545	2.108	632
F	Normal	50,00%	371	-	1.301	1.672	836
	Vencido	50,00%	674	-	1.457	2.131	1.065
G	Normal	70,00%	300	-	1.079	1.378	965
	Vencido	70,00%	762	-	1.690	2.452	1.716
H	Normal	100,00%	1.364	59	3.838	5.261	5.261
	Vencido	100,00%	11.132	74	19.366	30.572	30.572
Total			35.835	1.551	178.871	216.257	43.356

8 Créditos tributários

A Financeira registrou os ativos fiscais diferidos referentes a diferenças temporárias dedutíveis e estão suportados por estudo de realização futura. A origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos basicamente por provisões para perdas esperadas em operações de crédito e provisão para riscos cíveis e trabalhistas, conforme apresentado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Origem dos créditos tributários		
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.065	3.919
Provisão para contingências trabalhistas	988	1.137
Provisão para contingências cíveis	611	560
Outros	81	85
Total	7.745	5.701
Montante a ser realizado em:	Até 12 meses 5.681	Após 12 meses 2.064

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo Inicial 31/12/2020	Constituição	Utilização /Reversão	Saldo Final 31/12/2021
Imposto de renda				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.449	6.760	(5.419)	3.790
Provisão para contingências	1.061	273	(334)	1.000
Outras provisões	53	509	(511)	51
Créditos tributários de IRPJ	<u>3.563</u>	<u>7.542</u>	<u>(6.264)</u>	<u>4.841</u>
Contribuição social				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.470	4.776	(3.971)	2.275
Provisão para contingências	636	164	(201)	599
Outras provisões	32	305	(307)	30
Créditos tributários de CSLL	<u>2.138</u>	<u>5.245</u>	<u>(4.479)</u>	<u>2.904</u>
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	<u>5.701</u>	<u>12.787</u>	<u>(10.743)</u>	<u>7.745</u>

Expectativa de realização dos créditos tributários

Conforme Resolução 4.842/2020, as instituições financeiras podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A Financeira efetuou seu estudo de realização para a data base de 31 de dezembro de 2021, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

	Expectativa de Realização	
	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	3.540
2022	5.681	606
2023	573	626
2024	593	929
2025	898	-
Total	7.745	5.701

O valor presente do crédito tributário em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 6.610 (R\$ 5.463 em 31 de dezembro de 2020), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada de 10,98% (2,4% em 31 de dezembro de 2020) ao ano para os períodos correspondentes.

9 Imobilizado de uso

	31/12/2021			31/12/2020
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo líquido	Saldo Líquido
Instalações	420	(406)	14	18
Móveis e equipamentos	6.300	(5.790)	510	693
Outros	51	(14)	37	47
Total	6.771	(6.210)	561	758

10 Intangível

	31/12/2021			31/12/2020
	Custo	Amortização Acumulada	Saldo líquido	Saldo Líquido
Licenças e direitos	651	(616)	35	55
Total	651	(616)	35	55

11 Valores financiados a repassar

Tratam-se de valores financiados e efetivados nos últimos dias do exercício e que serão repassados aos lojistas nos primeiros dias de janeiro.

12 Contas a pagar

Referem-se a serviços prestados por lojistas, assessorias de cobrança, auditoria e outras contas a pagar com prazo médio ponderado de liquidez de 9 (nove) dias.

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços prestados a pagar	719	1.072
Outros	895	701
Total	<u>1.614</u>	<u>1.773</u>

13 Fiscais e previdenciárias

	31/12/2021	31/12/2020
COFINS	485	510
Contribuição social	1.975	809
Imposto de renda pessoa jurídica	1.771	951
INSS	306	298
FGTS	107	96
PIS	79	83
Imposto de renda retido na fonte e outras retenções	502	689
Outras	18	19
Total	<u>5.243</u>	<u>3.455</u>

O prazo médio de liquidez do grupo fiscais e previdenciárias é de 27 dias.

14 Provisões - outras

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para férias	1.594	1.266
Outras	197	194
Total	<u>1.791</u>	<u>1.460</u>

A realização se dará num prazo médio de 161 dias.

15 Participação no resultado (empregados)

Pela convenção sindical da categoria, é devido a participação nos lucros e resultados (PLR) aos empregados em efetiva atividade no final do exercício e, também, para os empregados desligados a partir de 02 de maio, desde que a admissão tenha ocorrido no exercício anterior. O valor do PLR é de 90% do salário, acrescido do valor fixo de R\$ 3.141,27 e limitado ao teto de R\$ 14.991,48. Após a apuração do teto, será acrescida uma parcela adicional de R\$ 628,26. Estarão isentas do pagamento do PLR as financeiras que apurem prejuízo no final do exercício. O pagamento será em duas parcelas, um adiantamento de R\$ 1.884,77 para cada empregado até o dia 30 de setembro e o saldo deverá ser quitado até o dia 02 de março do exercício seguinte.

16 Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais

A Financeira é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para riscos cíveis e trabalhistas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável ou quando constitui uma obrigação legal. Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foram constituídos em montante considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas e referem-se a ações cíveis indenizatórias e ações trabalhistas.

a. Saldos patrimoniais das provisões para riscos e obrigações legais por natureza

	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisões	Depósito Judicial	Provisões	Depósito Judicial
Contingências cíveis	1.527	380	1.399	495
Contingências trabalhistas	2.470	1.352	2.842	1.272
Total	3.997	1.732	4.241	1.767

Estima-se um prazo de até 3 (três) anos para a exigibilidade total das ações cíveis e trabalhistas.

b. Movimentação dos passivos contingentes

Movimentações das contingências	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	1.399	2.842	4.241
Adições / atualizações monetárias	678	416	1.094
Reversão	(240)	(214)	(454)
Pagamento	(310)	(574)	(884)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	1.527	2.470	3.997
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	1.245	2.862	4.107
Adições / atualizações monetárias	520	554	1.074
Reversão	(190)	(244)	(434)
Pagamento	(176)	(330)	(506)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	1.399	2.842	4.241

c. Processos cíveis classificados como possíveis

A Financeira é parte em 53 processos cíveis (47 em 31 de dezembro de 2020) classificados

como risco de perda possível pela Administração e seus assessores jurídicos no montante de R\$ 438 (R\$ 601 em 31 de dezembro de 2020). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a serem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

Os referidos processos cíveis referem-se a reclamações de clientes quanto a parcelas pagas e não baixadas, a taxas de juros aplicadas e contratos não existentes.

d. Processos trabalhistas classificados como possíveis

A Financeira é parte em 2 processos trabalhistas (3 em 31 de dezembro de 2020) classificados como risco de perda possível pelos assessores jurídicos da Financeira com valores de causa no montante de R\$ 6 (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2020). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a estarem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

e. Processos fiscais classificados como possíveis

A Financeira, sucessora por incorporação da Crediparaná Serviços Financeiros Ltda., é parte em auto de infração movido pela Prefeitura Municipal de Maringá, sobre enquadramento de serviços prestados no códigos 01.03, 10.09 e 15.05 cujas alíquotas são de 3%, 2% e 5%, respectivamente. Pelo auto de infração, há a reclassificação dos códigos 10.09 e 01.03 para os códigos 10.02 e 15.05, respectivamente. O montante do auto de infração foi anulado (R\$ 689 em 31 de dezembro de 2019). Em 13 de fevereiro de 2020, foi provido, por unanimidade, o Recurso Voluntário da Crediparaná, para declarar a nulidade do Auto de Infração lavrado contra a Financeira e, em 22 de maio de 2020, foi publicada a ata do julgamento ocorrido em 13 de fevereiro de 2020.

Da mesma maneira, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa elaborou auto de infração com objetivo de cobrar todo o ISS pela alíquota de 5%. O montante do auto de infração é de R\$ 208 (R\$ 167 em 31 de dezembro de 2020).

17 Depósitos e demais instrumentos financeiros

a. Recursos de aceites cambiais

Foram contratados no país, sendo remunerados entre 108% e 200% do CDI e, também, taxas pré-fixadas entre 5,5% e 8% ao ano. Alguns títulos são emitidos com liquidez e os demais sem liquidez. Considerando que todos os investidores que possuem títulos com liquidez resgatassem no primeiro dia do mês de janeiro, o prazo médio ponderado dos títulos seria de 202 dias. Do total das captações, 76,87% (72,55% em 31 de dezembro de 2020) são com partes relacionadas.

a.1. Composição por vencimento dos recursos de aceites cambiais

	31/12/2021			Total
	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Recursos de aceites cambiais	44.054	10.084	56.018	110.156
Total				110.156

	31/12/2020			Total
	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Recursos de aceites cambiais	25.820	15.159	78.167	119.146
Total				119.146

a.2. Reconhecimento de despesas de operações de depósitos e demais instrumentos financeiros

	2021		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Recursos de aceites cambiais	4.010	6.045	4.608
Fundo Garantidor de Crédito	66	137	154
Total	4.076	6.182	4.762

18 Transações com partes relacionadas

Principais saldos e resultados de transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

Descrição	2021			2020	
	Ativo	2º Semestre	Exercício	Ativo	Exercício
	(passivo)	Receita (despesa)	Receita (despesa)	(passivo)	Receita (despesa)
Recursos de aceites cambiais	(84.679)	(2.993)	(4.307)	(86.438)	(2.736)
Orlando Otto Kaesemodel Filho	(46.490)	(1.646)	(2.415)	(50.701)	(1.674)
Orlando Otto Kaesemodel Neto	(2.163)	(74)	(106)	(2.243)	(64)
Guilherme Slaviero Kaesemodel	(3.610)	(126)	(180)	(3.636)	(87)
Antônio João Beal	(1.188)	(34)	(45)	(737)	(23)
José Gilberto Beal	-	-	(3)	(185)	(6)
Sergio Shoji Yamamoto	(85)	(4)	(7)	(187)	(6)
João Carlos Pereira	(27)	-	-	-	-
Rafaela P. Muggiati Kaesemodel	(854)	(30)	(41)	(703)	(18)
Giuliana Gasparin Lucchesi Kaesemodel	(40)	(1)	(1)	(30)	-

Empreendimentos Florestais Cambijú LTDA	(7.283)	(241)	(320)	(4.507)	(129)
Kaesemodel Gastronomia EIRELI	-	-	(1)	(65)	(3)
Negresco Administração e Participações LTDA	(17.024)	(624)	(896)	(18.314)	(594)
Negresco Serviços de Cobrança LTDA	(1.622)	(59)	(82)	(1.426)	(45)
Oelo Locação de Equipamentos Eletrônicos LTDA	(1.882)	(68)	(96)	(1.816)	(22)
Transesp Comércio de Imóveis LTDA	(2.411)	(86)	(114)	(1.888)	(65)
Remuneração da administração		<u>(4.886)</u>	<u>(6.077)</u>		<u>(5.446)</u>
Despesas com remuneração dos administradores		(1.319)	(2.510)		(2.508)
Juros sobre o capital próprio		(3.567)	(3.567)		(2.938)

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País, é de R\$ 54.359 (R\$ 54.359 em 31 de dezembro de 2020), representado por 54.359.021 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e nove mil e vinte uma) ações nominativas sem valor nominal.

As ações estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Valor em R\$	Participação
Orlando Otto Kaesemodel Filho	27.723.141	27.723	51,00%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	13.317.940	13.318	24,50%
Guilherme Slaviero Kaesemodel	<u>13.317.940</u>	<u>13.318</u>	<u>24,50%</u>
Total	<u>54.359.021</u>	<u>54.359</u>	<u>100,00%</u>

Em 28 de março de 2019, através de instrumento particular de doação de ações, o acionista Orlando Otto Kaesemodel Filho transferiu 23.374.360 ações com reserva de usufruto, sendo 50% para Orlando Otto Kaesemodel Neto e 50% para Guilherme Slaviero Kaesemodel.

Assim, as ações com direito a voto, juros sobre o capital próprio e dividendos estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Ações com usufruto	Ações com direito a voto	Participação com direito a voto
Orlando Otto Kaesemodel Filho	27.723.141	23.374.360	51.097.501	94,00%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	13.317.940	(11.687.180)	1.630.760	3,00%
Guilherme Slaviero Kaesemodel	<u>13.317.940</u>	<u>(11.687.180)</u>	<u>1.630.760</u>	<u>3,00%</u>
Total	<u>54.359.021</u>	<u>-</u>	<u>54.359.021</u>	<u>100,00%</u>

b. Reserva legal

Conforme determina o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados. No exercício, a Financeira constituiu a reserva legal no montante de R\$ 935 (R\$ 996 no exercício de 2020).

c. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme política de distribuição de dividendos, o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida é lançado na rubrica de reserva de lucros, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, consoante com a Resolução nº 4.706 de 19 de dezembro de 2018, do Banco Central do Brasil.

Em 14 de janeiro de 2021, foi pago o saldo dos dividendos obrigatórios de 2020 no montante de R\$ 2.042, observado o limite estabelecido pela Resolução CMN nº 4.820/2020.

O dividendo não obrigatório do exercício de 2020, no montante de R\$ 13.943, que ficaria a disposição da assembleia dos acionistas, está retido e aguardando uma definição do Conselho Monetário Nacional ou do Banco Central do Brasil, e foi destinado para a reserva de lucros.

Em 17 de dezembro de 2021, foram pagos os juros sobre o capital próprio correspondentes ao exercício de 2021, no montante de R\$ 3.567, imputados ao dividendo obrigatório. Em 11 de janeiro de 2022, foi pago o saldo de dividendos obrigatórios de 2021 no valor de R\$ 1.106.

20 Receita de prestação de serviços

No semestre e no exercício findos em 31 de dezembro de 2021, o saldo de receita com prestação de serviços é representado principalmente por tarifa de cadastro em operações de crédito nos montantes de R\$ 1.687 e R\$ 3.267 respectivamente (R\$ 3.853 nos mesmos períodos de 2020).

21 Despesas de Pessoal

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Proventos	5.573	10.956	10.124
Benefícios	2.298	4.275	4.046
Encargos sociais	2.141	4.011	3.731
Pró-labore	780	1.481	1.400
Participação nos lucros e resultados	656	1.285	1.195
Indenizações	74	609	372
Provisão para férias e 13º salário	51	329	-186
Treinamentos	149	298	102
Total	11.722	23.244	20.784

22 Despesas administrativas

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Serviços de terceiros	5.270	10.699	11.975
Técnicos especializados	4.889	9.421	9.757
Serviços dos sistemas financeiros	1.351	2.595	2.452

Serasa/Associação Comercial	1.620	2.870	2.015
Processamento de dados	415	846	752
Locação de imóveis	385	763	731
Comunicação	333	673	650
Manutenção e conservação	188	319	270
Propaganda e publicidade	48	96	215
Consumo de energia elétrica e água	127	228	188
Despesas com viagens	124	196	177
Outros	595	848	683
Total	15.345	29.554	29.865

23 Despesas tributárias

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
COFINS	2.869	5.772	5.883
PIS	466	938	956
ISS	85	164	194
Outras	112	173	60
Total	3.532	7.047	7.093

24 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Impostos correntes:			
Imposto de renda	514	7.091	4.954
Contribuição social	799	4.752	3.152
Total	1.313	11.843	8.106
Impostos diferidos:			
Imposto de renda	56	-1.277	1777
Contribuição social	766	-767	1066
Total	822	-2.044	2.843
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	2.135	9.799	10.949

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes do IRPJ e CSLL	7.471	28.494	30.868
Despesa de IRPJ e CSLL a alíquota teórica (40%)		(8.409)	(12.347)
Despesa de IRPJ e CSLL a alíquota teórica (45%)	(3.362)	(3.362)	-
Total da despesa de IRPJ e CSLL	(3.362)	(11.771)	(12.347)
 (Adições) exclusões permanentes:			
Juros sobre o capital próprio	1.605	1.605	1.175
Outras adições permanentes	(141)	(141)	(77)
Outras exclusões permanentes	-	-	-
 Imposto de Renda e CSLL ajustados pelas diferenças permanentes	 (1.898)	 (10.307)	 (11.249)
 Incentivos fiscais (doações/patrocínios/PAT)	 472	 472	 276
Reversão da diferença de 5% na alíquota da CSLL sobre diferença temporárias do 1º semestre	(733)	-	-
Outros	24	36	24
 Total de IRPJ e CSLL corrente e diferido	 (2.135)	 (9.799)	 (10.949)

25 Instrumentos financeiros derivativos

A Financeira não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação ou patrimoniais que se destinem a atender às necessidades próprias ou de terceiros durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

26 Gerenciamento de riscos

A Financeira possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços especializados, cujas classes principais são: risco operacional, risco socioambiental e risco de crédito.

Adicionalmente, possui uma estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a adequação do capital para fazer face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios, além de outros riscos relevantes.

Até fevereiro de 2019, a Financeira estava enquadrada no segmento 4 (S4). Em março de 2019, a Financeira optou pelo enquadramento no segmento 5 (S5) já que se enquadra nos requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, emitida pelo Banco Central do Brasil.

Risco de crédito

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados.

A Financeira mantém manuais de estratégias e políticas de crédito que estabelecem normas e padrões a serem observados no processo de concessão e gestão de crédito. A liberação do crédito é aprovada somente após a análise do Departamento de Crédito, conforme estabelecido na Política de Crédito da instituição. Adicionalmente, o gerenciamento de risco de crédito da instituição é um processo contínuo de controle nas análises desde a concessão de crédito para as operações efetuadas até a sua liquidação.

A Financeira dispõe do mapeamento do processo de crédito, com a identificação dos riscos e responsáveis, bem como dos controles-chave mitigatórios e a avaliação de probabilidade e impacto dos riscos via utilização de Matriz de Risco.

A Financeira mantém níveis de provisionamento adequados em observância à Resolução nº 2.682 e não aceita níveis de concentração relevante para o risco de crédito por cliente.

Risco operacional

Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Também questões legais associadas à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O risco operacional da Financeira compreende as categorias a seguir:

- Processos e operações;
- Segurança da informação;
- Pessoas;
- Tecnologia;
- Fraudes;
- Legal; e
- Reputacional.

O limite de apetite para cada categoria do risco operacional foi estabelecido pela Administração por meio da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da Financeira, o qual é periodicamente monitorado pela Diretoria.

Risco de liquidez

É definido como a possibilidade da Financeira não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado por meio de mecanismos de monitoramento e avaliação periódica, com base em fluxos de caixa projetados e informações contábeis e gerenciais.

Risco de socioambiental

Define-se risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. As características dos produtos e das operações da Financeira são de baixo impacto socioambiental.

Risco de mercado

Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. A Financeira não possui instrumentos classificados na carteira de negociação.

O Relatório de Gerenciamento de Risco e de Capital está disponível no endereço eletrônico <http://www.credipar.com.br/sitenovo/numeros.aspx>.

27 Patrimônio de referência exigido

As instituições financeiras, optantes pela metodologia facultativa simplificada (S5), devem manter uma relação mínima entre o Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) e os riscos ponderados (Patrimônio de Referência Exigido - PRE) de 17%, até 30 de abril de 2020, de 15%, de 1º de maio de 2020 à 30 de abril de 2021, de 15,5%, de 1º de maio de 2021 à 31 de outubro de 2021, e de 16,25%, de 1º de novembro de 2021 à 30 de abril de 2022, conforme Resolução CMN nº 4.606, de 19 de outubro de 2017.

		31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR _{S5})	a	86.617	72.474
RWA _{ROSimp} (Risco Operacional)	b	49.376	55.345
RWA _{RCSimp} (Risco de Crédito)	c	156.252	152.009
RWA _{Simp} (b + c)	d	<u>205.628</u>	<u>207.354</u>
PR _{S5} mínimo exigido (d x 15,5% em 2021 e 15% em 2020)	e	33.415	31.103
Suficiência (insuficiência) de capital (a - e)		53.203	41.371
Índice de Basileia BACEN (a / d)		42,12%	34,95%
Razão mínima (Basileia / Bacen)		16,25%	15%

28 Eventos subsequentes

Em ata da assembleia geral extraordinária, de 19 de janeiro de 2022, foi aprovada a distribuição dos dividendos não obrigatórios oriundos da reserva de lucros do ano de 2021 no montante de R\$ 13.087, os quais foram pagos no início do mês de fevereiro de 2022.

* * *

Diretoria

Orlando Otto Kaesemodel Filho - Presidente

Orlando Otto Kaesemodel Neto - Vice-Presidente

Antonio João Beal - Diretor Administrativo e Financeiro

João Carlos Pereira - Diretor de Contabilidade, Gerenciamento de Riscos, Capital e Compliance

Sergio Shoji Yamamoto - Diretor de Recursos de Terceiros

Contador responsável

José Gilberto Beal - Contador
CRC (PR) 035187/O - 7